

CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO URBANO, DISTRIBUIÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE/RS

*Urban Spatial Configuration, Social Distribution and
Environmental-Legal Development in Porto Alegre, RS*

Marlise Amália Reinehr Dal Forno

Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (RS, Brasil). Doutora e mestre em Geografia pela UFRGS. Professora permanente e orientadora no Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES) da UFRGS.

Cristiane Bolina da Cunha

Engenheira Civil na Universidade Federal da Ciências de Saúde de Porto Alegre, onde atua como Diretora de Obras e Manutenção (RS, Brasil). Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-graduada em Arquitetura, Construções e Manutenção de Edificações Sustentáveis. Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

Resumo

A história da maioria das cidades latino-americanas remonta de um passado colonial, onde a formação do território, as dinâmicas sociais, de mobilidade e desenvolvimento se deram, sobretudo, à luz de perspectivas e interesses externos ao seu ambiente. A distribuição social no espaço, a divisão do trabalho, os planos e processos desenvolvidos ao longo do tempo trazem consigo aspectos que podem ser explicados à medida que se compreende a origem e o contexto local. Diante desta perspectiva, o presente ensaio apresenta uma análise temporal da dinâmica de formação do território e da urbanização da cidade de Porto Alegre-RS, considerando como ponto de partida o contexto histórico da colonização e da dependência realizada na América do Sul, sob a perspectiva de autores como Aníbal Quijano, Enzo Faletto e Celso Furtado. A partir destas teorias e considerando a complexidade das relações sociais e do processo de desenvolvimento, o ensaio abordará inicialmente um breve histórico do processo de colonização da América Latina, fundamental para o entendimento dos processos de organização e ocupação do espaço urbano. Na sequência, serão explorados os processos de desenvolvimento dos países da América Latina após sua independência e suas relações ainda existentes com o período monárquico. O encerramento do ensaio se dará com o estudo de caso da cidade de Porto Alegre-RS, a partir do exame do encadeamento de circunstâncias que embasaram a formação do espaço urbano e como elas se relacionam com a origem de dependência e colonização para explicar a distribuição social no território urbano, bem como os processos de gentrificação e de desenvolvimento da cidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Território. Colonização. Urbanização. Ocupação do solo urbano. Classes sociais. Gentrificação.

Abstract

The history of most Latin American cities dates back to a colonial past, where the formation of territory, social dynamics, mobility and development took place mainly in the light of perspectives and interests external to their environment. The social distribution in the space, the division of labor, the plans and processes developed over time bring with them aspects that can be explained as we understand the origin and the local context. From this perspective, this essay presents a temporal analysis of the dynamics of territory formation and urbanization in the city of Porto Alegre-RS, taking as a starting point the historical context of colonization and dependency in South America, from the perspective of authors such as Aníbal Quijano, Enzo Faletto and Celso Furtado. Based on these theories and considering the complexity of social relations and the development process, the essay will initially look at a brief history of the colonization process in Latin America, which is fundamental to understanding the processes of organization and occupation of urban space. It will then explore the development processes of Latin American countries after their independence and their relationship with the monarchical period. The essay will conclude with a case study of the city of Porto Alegre-RS, examining the chain of circumstances that underpinned the formation of urban space and how they relate to the origins of dependency and colonization to explain social distribution in the urban territory, as well as the processes of gentrification and development in the city.

Keywords: Development. Territory. Colonization. Urbanization. Urban Land Occupation. Social classes. Gentrification.

Sumário:

1. Introdução; 2. Revisitando a colonização na América Latina; 3. A Independência dependente; 4. O Desenvolvimento dos países subdesenvolvidos; 5. A organização do espaço e os processos urbanos; 6. O caso de Porto Alegre: um breve relato da formação da cidade e evolução da urbanização; 7. A distribuição social no contexto da organização urbana da capital; 8. O que o passado revela; Referências.

1. INTRODUÇÃO

A historicidade de formação de uma cidade apresenta traços e raízes de seus ancestrais. Na América Latina, contudo, tão forte também é a influência de seus dominadores e das estruturas desenvolvidas para o saneamento de necessidade e interesses externos.

O processo de colonização desta parte do continente americano modificou um cenário preexistente e ditou a regra dos caminhos a serem perseguidos a partir de então. Não somente estabeleceu as novas relações e organizações sociais, como também destinou estes povos a um processo de dependência que perdura até os dias de hoje.

Estas características da dominação, provocaram nos países da América Latina desequilíbrios estruturais que são facilmente visualizados em diferentes perspectivas e pontos de análise. O subdesenvolvimento, por exemplo, parece ser um dos aspectos mais marcantes dessa história, onde é visível um universo de desigualdades quando se compara estas nações a nível global.

Trazendo para uma análise mais próxima e localizada, a cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, é uma destas tantas cidades sul-americanas que teve o seu processo evolutivo marcado pelo processo de colonização. Esta cidade, formada por uma heterogeneidade de saberes, culturas e etnias, teve, a partir destes processos, a definição de suas relações sociais, forma de distribuição do trabalho, ocupação do território e o processo de desenvolvimento.

Assim, o presente ensaio pretende abordar diferentes categorias de análise a partir de uma reflexão que percorrerá o processo de colonização, as relações de dependência, a origem e formação do município de Porto Alegre, sua divisão de território, distribuição social e desenvolvimento, concluindo com uma breve reflexão de como os movimentos ocorridos no passado afetaram a conformação da cidade e de suas relações espaciais, econômicas, sociais e ambientais até os dias de hoje.

Outrossim, para se analisar os impactos da colonização na formação deste município é vital iniciar pela investigação do passado, revisitando o processo de colonização, a partir do qual permitirá ao pesquisador entender a conformação das relações sociais e formação das cidades para então, de forma mais assertiva, apoiar suas observações e reflexões acerca do impacto das heranças coloniais na formação do município de Porto Alegre.

2. REVISITANDO A COLONIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

A América Latina, rica em cultura, conhecimentos e riquezas, possuía estruturas e sistemas bem definidos pelos povos que habitavam a região antes da chegada dos colonizadores, como os incas, maias, astecas e outros.

Com a chegada dos espanhóis, primeiramente, e depois dos portugueses, estes se apropriaram dos sistemas de trabalho utilizados pelos povos originários para explorar os abundantes recursos de toda a região que, posteriormente, foram a chave para o início do desenvolvimento capitalista, de acordo com o sociólogo Aníbal Quijano (2005).

No século 15, os espanhóis chegam à América com um plano mercantilista. No século 16 os principais impérios originais já estavam dominados. Esta economia base no início da colonização se deu pela extração de metais preciosos das terras latino-americanas. Os espanhóis, apropriaram-se não só dos recursos, como também da mão de obra compulsória dos povos originários quando da dominação e colonização, através da “mita” e da “encomenda” (Quijano, 2005).

Da mesma forma, os portugueses quando chegaram à América Latina, desenvolveram-se localmente com objetivos similares e adotando o processo de escravização não somente dos povos originários como também de outros trazidos para o continente, como os povos africanos.

Tanto a colonização da América Portuguesa como da Espanhola, exploraram os recursos naturais locais e a agricultura, utilizando mão de obra explorada de nativos e escravos.

Neste contexto, André Gunder Frank afirma então que a América Latina nasceu capitalista, fruto de processo colonizador desenvolvido para atender as demandas do capital comercial europeu do século XVI e, portanto, insere-se também no mundo comercial capitalista (Theotônio dos Santos, 1998).

Segundo Aníbal Quijano (2005), neste processo de dominação e colonização, estruturou-se a chamada colonialidade do poder. Para o autor, esta articulação de escravização e extração de riquezas da América, foi o que originou à dominação da Europa sobre os outros povos, iniciando-se a partir de então as classificações de grupos sociais e organização do trabalho imposta da América para o restante do mundo.

Na estrutura Eurocentrista, os povos de outros continentes não eram considerados racionais como eles, bem como também eram considerados inferiores por conta de sua etnia e cor da pele. Daí surgiram denominações como índios e negros, de tal modo que isso os classificava como inferiores. Assim, é possível entender que os Europeus categorizaram a América sob preceitos raciais e de trabalho (Quijano, 2005).

Assim, o colonialismo do poder pode ser modernamente compreendido como a estratificação da sociedade e manutenção do acúmulo de riquezas nas mãos de uma minoria de grupos privilegiados, com acesso exclusivo a bens, produtos, serviços e facilidades que os povos frutos da colonização não tem acesso. Essa prática permanece nos dias atuais e continua influenciando as características da formação dos aglomerados urbanos.

3. A INDEPENDÊNCIA DEPENDENTE

E então, após séculos de dominação, as colônias foram sendo dizimadas e os países latino-americanos adquirindo a sua independência. Um processo longo e dolorido, mas que trouxe a essas nações um suspiro de dignidade.

As décadas se passaram e então estas nações se reorganizaram politicamente e redefiniram seus domínios territoriais, contudo, não parece que esta retomada representou de fato uma independência completa dos seus colonizadores.

Celso Furtado (2009), cita a dependência do impulso externo através da expansão do mercado mundial para exportação de matérias primas, produtos e subprodutos aos países desenvolvidos como um destes exemplos.

Tão grande é esta dependência que, segundo o autor, durante a crise de 1929 que provocou a contração do comércio mundial, países subdesenvolvidos em processo de crescimento anterior à crise tiveram quedas significativas nos períodos que a sucederam. O mesmo sabe-se que ainda ocorre nos dias atuais.

Neste mesmo caminho, Theotônio dos Santos (1998) aponta que mesmo com a emancipação política da maioria dos povos da América Latina após a segunda guerra mundial, tal fato não assegurou a plena realização da independência.

Já Blomstrom e Hettne (1990) complementam este entendimento asseverando que a dependência ocorre ainda no âmbito interno das nações, promovidas por diferentes estruturas sociais, econômicas e políticas.

Uma densidade de teorias acerca da dependência foi desenvolvida por décadas até o surgimento da teoria do desenvolvimento na América Latina, por volta de 1960, com o objetivo de sintetizar as teorias e metodologias deste movimento intelectual e histórico conduzido por grandes nomes das ciências sociais (Dos Santos, 1998).

No Brasil, após uma tentativa de fortalecer o mercado interno a partir das décadas de 30 e 40 e, assim, desvincular-se de uma dependência completo das nações desenvolvidas, foi interrompido pelo golpe de 64, onde se estabeleceu o livre comércio, fortalecendo parcerias baseadas no interesse externo e recolocando o país em uma trajetória de desenvolvimento dependente (Dos Santos, 1998).

Destarte, mesmo com os reconhecidos esforços dos grupos de atores que tem movimentado mudanças de esferas sociais, políticas, econômicas e ambientais na América Latina e, principalmente, no Brasil, as raízes do processo de constituição e estruturação do país ainda denotam grande dependências das grandes economias internas, ainda que independente o seja.

4. O DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Para entender o desenvolvimento das cidades, é ponto de partida o entendimento dos processos evolutivos que levaram a evolução da urbanização, demográfica, das atividades e processos socioeconômicos.

Neste intento, fica claro a partir da leitura de autores como Milton Santos, que essa análise evolutiva deve considerar o contexto entre iguais, sem apropriar-se da vã tentativa de comparar a evolução de países subdesenvolvidos com aquela alcançada por países desenvolvidos. E, não menos importante, que aqui fique claro que tratamos por países desenvolvidos aqueles que participaram da Revolução Industrial.

As sociedades latino-americanas, de acordo com Faletto (1981), são de forma mais comumente denominadas como “sociedades tradicionais”, ao contrário da sociedade europeia, por exemplo, que desde sempre se considerou uma sociedade moderna.

Segundo Faletto (1981), destas perspectivas, os países da América Latina para alcançar o status de sociedade moderna, passam por um processo natural e intermediário o qual as caracteriza como sociedades “em desenvolvimento”, sendo este um aspecto considerado simplório pelo autor para abranger as diferentes formas de sociedade e singularidades.

Assim, é possível compreender que não existe um processo fixo e igualitário a ser seguido em direção ao desenvolvimento de uma nação. As fases, mencionadas por algumas correntes, não se aplicam a países que passaram por um processo de colonização e que, não ficaram somente para trás na corrida pelo progresso, mas devido a dependência de tecnologias, bens, serviços e uma série de outros fatores, talvez estejam condenadas a permanência em um estado subdesenvolvido.

Os economistas suecos Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne corroboram com esta compreensão, ao afirmarem na obra “um conflito de paradigmas” que não se pode considerar o subdesenvolvimento como a condição inicial de um processo evolucionista (Dos Santos, 1998).

Mas afinal o que é o desenvolvimento? Segundo Celso Furtado (2009), o desenvolvimento está diretamente relacionado com acúmulo de capital. Por capital, pode-se entender aqui como o tecnológico, intelectual, financeiro, humano.

Para este autor, pensando no processo de desenvolvimento econômico, existem muitas variáveis que interferirão diretamente no alcance deste e, de forma simplista, pode-se dizer que países modernos desenvolvem-se com a criação de novas técnicas quando não há a subocupação de outros fatos produtivos, enquanto as sociedades subdesenvolvidas podem atingir níveis de crescimento com a aplicação de técnicas já conhecidas, ou seja, tecnologias produtivas amplamente difundidas e utilizadas nas sociedades ditas modernas.

Furtado (2009) ainda afirma que é comum países subdesenvolvidos apresentarem deficiências em seus fatores de produção, não devido à escassez de mão de obra, mas devido à falta de capital. Assim, aumentam-se as desigualdades entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, uma vez que a primeira aproveita melhor seus fatores de produtividade, devido a existência de capital.

Indo além, o desenvolvimento também está diretamente relacionado a divisão do trabalho e, como vimos anteriormente, houve para os países sul-americanos uma determinação do seu papel na divisão internacional do trabalho. Deste modo, pela categorização de inferioridade atribuída a esta região, o valor do trabalho tende, em sua maioria, a ser inferior ao encontrado em países desenvolvidos, o que limita e impõe grandes barreiras ao processo de crescimento.

Faletto (2009) acena para as não menos importantes questões sociais do processo de desenvolvimento. Neste aspecto, o autor afirma que com as mudanças sociais ocorridas gradualmente nos países da América Latina e a conquista de espaços, através das massas e grupos de atores, aumentaram o nível de participação social, sobretudo no campo da política. O autor também destaca a influência dos condicionantes estruturais destas nações, os interesses e objetivos que dão sentido e orientam o curso do desenvolvimento.

Em se tratando de Brasil, a constituição da sociedade e dos processos de desenvolvimento não esconde as consequências do processo de colonização, à medida que se percebe um Estado capitalista com ampla concentração de capital nas mãos de uma minoria, refletindo em um desenvolvimento desigual.

5. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E OS PROCESSOS URBANOS

As definições de espaço geográfico e organização dos territórios sempre foram objeto de disputa. Analisando do ponto de vista das colônias, é evidente que a forma como os espaços foram distribuídos e determinados são influenciadas pelo ritmo temporal da época.

O território e o surgimento das cidades dos países subdesenvolvidos é fruto de uma imposição de interesses externos, onde a vida desenvolvida internamente, muito depende de fatores externos, ocasionando o isolamento entre cidades e regiões, prejudicando e dificultando conexões internas e consequentemente o crescimento homogêneo do território (Milton Santos, 1980).

Milton Santos registra que no estado brasileiro, a organização espacial acompanhou sua historicidade de colonização e trouxe contornos dos tempos de dominação, bem como posteriormente das imigrações, refletindo na distribuição do seu território, bem como do estabelecimento de regiões e cidades chave, muitas delas, definidas ainda sob o domínio colonial.

A dinâmica de transformação do espaço é variada. O transporte se desenvolve de acordo com as principais rotas de comércio para o exterior. A urbanização ocorre de forma intensa e desigual. As cidades, nasciam para atender, sobretudo as necessidades externas e então, para sua própria subsistência, novas cidades surgiam, com o enfoque no atendimento do consumo local. Assim, as relações se desenvolviam de forma dinâmica e muita diversa da evolução homogênea identificada em países desenvolvidos (Milton Santos, 1980).

Milton Santos já falava sobre a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos, afirmando a existência de grandes diferenças destes para os desenvolvidos ou industrializados.

A falta de regularidade na determinação de cidades e regiões, impossibilitou que o território dos países colonizados tivesse um desenvolvimento integrado, com rápidas comunicações que propiciassem uma boa distribuição dos recursos advindo da especialização das cidades em determinadas atividades industriais. Esta situação também afetou diretamente a distribuição de renda oferecida pelas diferentes cidades, uma vez que a falta de integração dificultava a circulação da informação, do capital e do homem (Milton Santos, 1980).

A história do Brasil começou no campo e foi de lá que a urbanização deu seus primeiros passos sob o domínio e planejamento de uma era imperial. Segundo Nestor Goulart Reis Filho (1968), em seus primórdios, a urbanização brasileira apresentou três momentos distintos. O primeiro demarcado pela fundação do Rio de Janeiro em 1567 e na sequência da Paraíba em 1585. Já o segundo período acontece entre 1580 e 1640, os anos de dominação espanhola, onde novas cidades e vilas foram criadas, com a urbanização se estendendo em direção à Amazônia. O terceiro e último momento se deu no período em que, além da fundação de novas vilas, Olinda e São Paulo foram promovidas à categoria de cidades, entre 1650 e 1720.

Assim, em síntese, Batisde (1978) indica que é a partir do século XVIII que de fato a urbanização brasileira se desenvolve, à medida em que a cidade se torna a casa do senhor de engenho que já não mais desenvolve sua vida inteiramente no campo e expande suas relações sociais e comerciais para os centros urbanos. Ainda assim, a cidade como existe hoje só nasceu no século XX.

Nas cidades, as atividades econômicas se desenvolveram. A agricultura continuou sendo o carro chefe da economia brasileira, como ainda o é, com a especialização de algumas produções em determinadas regiões. Contudo, a dificuldade da interconexão entre regiões, devido ao tamanho do território, prejudicou a divisão do trabalho no território brasileiro, bem como o desenvolvimento de uma densidade demográfica e econômica que permitisse o estabelecimento de organismos urbanos locais sólidos fora dos grandes centros econômicos (Milton Santos, 1993).

Dito isto, fica claro que a divisão do espaço, organização do território e desenvolvimento da urbanização brasileira passou longe de ser homogênea entre as regiões, refletindo a diversidade de contrastes geográficos, econômicos e culturais que revelam desigualdades até hoje, em alguns aspectos, não superadas.

6. O CASO DE PORTO ALEGRE: UM BREVE RELATO DA FORMAÇÃO DA CIDADE E EVOLUÇÃO DA URBANIZAÇÃO

Porto Alegre nasceu em meio a disputas por território protagonizada por portugueses e espanhóis em toda a América Latina. Desde sua fundação, naquela época, o território como existe hoje não estava consolidado e muitas mudanças aconteceriam nos anos que se seguiram.

No século XVIII as incursões por terra resultaram na conquista de terras do atual território da capital do Rio Grande do Sul. Mas foi a partir da chegada de colonos portugueses que tinham como destino final a região das Missões Jesuíticas, que o processo de povoamento efetivamente iniciou (Monteiro, 2012).

Em meio aos conflitos históricos da época que só findaram no início do século XIX, os casais açorianos estabeleceram-se em Porto Alegre, denominada na época como Porto de São Francisco dos Casais.

O povoamento, a partir de então, desenvolveu-se na região do arroio dilúvio até a separação do seu território de Viamão, em 1772, quando de fato passou a registrar os dados populacionais de batismos, óbitos, nascimento e casamentos. De acordo com os historiadores, é a partir desta data que se considera a fundação de Porto Alegre (monteiro, 2012). Mas é somente em 1822 que recebe o foro de cidade (Vieira, 2021).

Dali em diante, a cidade ganhou uma malha urbana nos anos seguintes concentrada na região do centro da cidade, fortificações e espaços de organização da freguesia e das regiões de produção agrícola. As primeiras ruas, recebiam o nome de moradores, apontavam as características do local ou indicavam atividades importantes que se faziam em seu percurso (Monteiro, 2012).

A Rua da Praia era a principal rua comercial de Porto Alegre neste período. Além dela, a Rua da Ponte (atual Rua Riachuelo) e a Rua da Igreja (atual Duque de Caxias) formavam as três grandes malhas de circulação dentro do eixo central, onde a área urbana se assentava (Vieira, 2021).

Nestas ruas principais estavam localizadas além dos comércios mais importantes e das estruturas administrativas, os sobrados onde habitavam as famílias mais abastadas. Já nos becos, ruas de construção irregular que cortavam as vias principais, situavam-se as habitações da população pobre (Monteiro, 1995).

O historiador Charles Monteiro (2012) aponta que com o passar dos anos outras atividades importantes foram sendo desenvolvidas, estabelecendo a estrutura política-administrativa da futura cidade, merecendo destaque para a elaboração o primeiro Código de Posturas Polícias em 1829 que teve como função estabelecer a forma de uso e ocupação do solo.

Monteiro (2012) aponta ainda, que nos anos seguintes as construções começaram a se adensar e avançaram para novas direções, sobretudo após o término da guerra do Farrapos. O mercado público nasceu para organizar as atividades comerciais; espaços de lazer e religiosos foram construídos; pontes permitiam a expansão e ligação da cidade; a linha férrea permite a comunicação da cidade com os povoados próximos e o bonde de tração animal inicia suas atividades a partir do final do século XIX.

Ainda na metade do século XIX, as famílias abastadas passam a contar com o fornecimento de água pela Companhia Hidráulica Porto-Alegrense. Antes disso, a disponibilidade de água para o abastecimento da população ficava por conta das vertentes das chácaras, algumas fontes e poços públicos e as vendas pelos aguadeiros (Vieira, 2021).

O esgoto sanitário, até então jogado diretamente no Guaíba, passou a ser recolhido através da utilização de fossas móveis somente em 1878. Contudo, o destino final do resíduo doméstico continuou sendo o mesmo: O Guaíba. Tal situação só mudou em 1899, quando, devido ao crescimento da cidade, os despejos foram redirecionados para a zona sul da cidade, região periférica, ainda sem urbanização acentuada. O esgoto da cidade só

passou a ser canalizado, e apenas nas principais áreas da cidade, nas primeiras décadas do século XX (Vieira, 2021).

Já a iluminação pública de Porto Alegre teve suas primeiras ações de implantação na década de 1830, utilizando lampiões abastecidos com óleo de baleia, passando a funcionar com querosene a partir de 1864. Tudo mudou na capital em 1874, com a inauguração da Usina do Gasômetro, melhorando significativamente a iluminação pública da zona urbanizada (Vieira, 2021).

Foi neste contexto que Porto Alegre terminou o século XIX, com a continuidade da expansão das áreas de urbanização, das atividades, infraestrutura, melhoramentos urbanos e investimentos em áreas de interesse da elite local. Neste período também, houve a expansão da instalação de fábricas, desenvolvimento da política e das relações sociais e esportivas com grande influência pela presença dos imigrantes alemães (Monteiro, 2012).

A reorganização das estruturas sociais, políticas, econômicas e do espaço urbano da capital ganham um novo capítulo a partir da Proclamação da República em 1889. A cidade cresce em população, indústrias e relações comerciais, elevando o porto de Porto Alegre a um dos principais pontos de importação e exportação da região (Pesavento, 2001).

Neste período as mudanças foram muitas e já iniciadas imediatamente após a independência, deixando claro o sentimento de libertação do período colonial e a necessidade de fixar uma identidade própria (Vieira, 2021).

Foi neste cenário que em 1914 foi elaborado um Plano Geral de Melhoramentos para a cidade que se tornou na sequência uma das pioneiras no planejamento urbanístico para o crescimento das cidades. O plano contemplou o aprimoramento e expansão de vias de acesso e transporte, canalização do Arroio Dilúvio, bem como o embelezamento da cidade com a criação de parques. Porto Alegre estava colocando em prática um grande projeto de modernização.

Com o avançar das mudanças e das estruturas políticas, Porto Alegre passou pela reorganização do espaço, onde se estabeleceu uma separação das áreas de habitação e de trabalho. Naquela época, as classes altas habitavam o centro da cidade, local onde se situavam os melhores comércios e espaços de lazer.

Com a reorganização do espaço a elite migrou em direção ao norte, região da cidade de topografia mais elevada, e, portanto, tida como uma das mais nobres da cidade naquele tempo. Destaca-se aqui que nesta época não constavam nos mapas oficiais a representação dos territórios onde se concentravam a maioria da população negra, predominando uma mentalidade burguesa, modernista e segregacionista (Monteiro, 2012).

O historiador Charles Monteiro destaca que após esse processo de migração da elite para as áreas altas da cidade, o centro passou por uma reformulação das características de ocupação, sendo predominantemente preenchido por prédios e estruturas de atividades públicas e comerciais.

Nos anos seguintes, as estruturas urbanas continuaram a passar por melhorias com a ampliação das linhas férreas, utilização dos bondes elétricos, fornecimento de energia elétri-

ca, aterro de grande trecho da lagoa do gualba, construção do cais do porto, prolongamento de ruas centrais. Nessa época, Porto Alegre ainda se tornou o principal polo fabril da região sul, sendo superado apenas por São Paulo e Distrito Federal (Monteiro, 2012).

Em 1959, em meio a efervescência da modernização da capital, nasceu o primeiro Plano Diretor de Porto Alegre. Mesmo ano em que foi publicada a lei nº 2.022 que estabeleceu os limites e nomenclatura dos 58 bairros da cidade, mantendo outros bairros e vilas ainda na ilegalidade (Monteiro, 2012).

Na década de 1960, Porto Alegre já contava com uma população de 641 mil habitantes, dando início neste mesmo período a formação de aglomerados urbanos nas extremidades da capital, dando origem ao início da metropolização do município, tendo este processo se aprofundado com o deslocamento das indústrias e residências dos trabalhadores destas fábricas para a hoje denominada região metropolitana (Monteiro, 2012).

Nos períodos que se seguiram, Porto Alegre se verticalizou e passou por um processo importante de urbanização e adensamento de construções para habitações uni e multifamiliares, além do desenvolvimento maciço de construções comerciais que se estendem até os dias de hoje.

Porto Alegre desenvolveu-se como um dos grandes centros urbanos do cenário brasileiro. Palco de grandes eventos e rico em cultura, lazer, política e negócios, mantém-se em um processo contínuo de transformação, uma vez que traz consigo muitos desafios ainda a serem enfrentados e que são compreensíveis quando se reflete sobre a sua historicidade.

7. A DISTRIBUIÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO URBANA DA CAPITAL

Conforme apresentado na seção anterior, o desenvolvimento urbano de Porto Alegre se deu em meio a concentração da população abastada primeiramente nas três principais ruas da capital nos primórdios de sua ocupação. Posteriormente, a ocupação da elite se deslocou para áreas mais privilegiadas topograficamente e longe dos riscos das enchentes que em determinado período assolaram boa parte das principais áreas de urbanização da cidade.

Ao longo do processo de desenvolvimento, a distribuição destas populações acompanhou o projeto de melhoramentos de serviços públicos e privados, estrutura urbana, criação de parques, pontos culturais e demais atrativos destinados a um público muito específico.

Por outro lado, as populações de baixa renda sempre se situaram nas zonas periféricas da região central e ao longo do processo de modernização da cidade não tiveram sua condição melhorada, uma vez que continuaram ocupando os pontos para onde eram empurrados à medida que os planos intencionados pelos governos eram postos em prática.

Desde a fundação de Porto Alegre, a população negra faz parte da vida da cidade, representando grande parte da população. Concentrada no espaço central e nas suas bordas, exerciam os mais diversificados serviços essenciais para o funcionamento da cidade (Vieira, 2021). Segundo a historiadora Helga Piccolo (1991), no final do século XIX representavam cerca de 30% da população residente na capital. Alguns livres, outros

escravizados, desenvolviam os mais diversificados ofícios como carpinteiros, barbeiros, alfaiates, babás, quitandeiras, roceiros, padeiros, amas de leite, domésticas, capatazes, dentre outras ocupações.

De acordo com Vieira (2021) ao longo dos processos e revoluções urbanas, os negros foram sendo deslocados das áreas centrais para as bordas da cidade. A movimentação do território, neste contexto, está diretamente relacionada com as transformações temporais e os diferentes momentos pelo qual o desenvolvimento urbano do município passou.

Assim, na obra “Territórios Negros em Porto Alegre”, Daniele Vieira (2021) destaca três diferentes temporalidades na migração da população negra dentro da cidade de Porto Alegre.

A primeira fase caracteriza o surgimento de Porto Alegre, como uma cidade colonial, concentrada apenas na região central. Nesta fase, a população negra concentrou-se no centro e nas bordas, tendo seu primeiro mecanismo de deslocamento de território marcado pela abolição da escravidão e proclamação da República.

Na sequência, Vieira (2021) aponta que a segunda alteração das territorialidades negras aconteceu com a migração total para o entorno do centro. Este processo foi ocasionado pela implantação dos projetos de melhoramento e modernização da cidade, onde houve a demolição dos becos, abertura e alargamento de vias e investimentos na expansão das cidades para a região então ocupada pelos territórios negros.

O terceiro momento para Vieira (2021) se deu no período entre 1941 a 1970, quando os territórios negros foram deslocados do entorno do centro para a periferia. Nesta fase, houve a urbanização dos arraiais, com a expansão dos melhoramentos urbanos para estas regiões e consequente aumento dos valores associados ao solo, impossibilitando a permanência das populações menos favorecidas.

Este processo ocorreu não somente com as populações negras, mas com todos os grupos de baixa renda. Neste mesmo contexto, o autor Carlos Furtado (2011), registrou em sua obra “Gentrificação e (re)organização urbana em Porto Alegre” os processos ocorridos com outras populações vulneráveis durante o mesmo período e que corroboram com a dispersão e segregação denotada por Vieira.

Neste mesmo contexto histórico e temporal, Carlos Furtado (2011) cita o exemplo do Arraial Navegantes, situado ao norte do centro da cidade, que desde sua ocupação original já apresentava a segregação natural das classes, onde a área mais sujeita e prejudicada por alagamentos era ocupada por malocas e na região sul de Navegantes ficavam as indústrias.

No caso de Navegantes, com o aumento dos investimentos e necessidades de melhoramentos no centro da cidade, as indústrias ali instaladas foram removidas para a região de Navegantes, após melhoramentos realizados pelo poder público para incentivar essa migração. Assim, o centro da cidade permaneceu nobre e disponível para o implemento das melhorias urbanas demandadas.

Anos mais tarde, com o aumento do número de vilas e ocupações irregulares nesta região, a Prefeitura colocou em prática um projeto de recuperação da região e investi-

mentos foram realizados para revitalizar e devolver o valor do solo para aquele ponto da cidade. Este processo consistiu na elaboração de um projeto de revitalização do parque Humaitá com a previsão de construção de edificações para uso residencial e comercial. Com este processo, grandes investimentos foram realizados na construção de proteções contra inundação, rodovias e avenidas necessárias para a valorização da área e atração de investidores (Furtado, 2011).

Com a implantação deste projeto de recuperação da área e estímulo para a implantação do Parque Humaitá, o poder público municipal desenvolveu ações para a exclusão das vilas irregulares, com o intuito de removê-las para a periferia. Furtado (2011) aponta que este projeto foi parcialmente executado entre 1969 e 1972, sobretudo com o uso da força, tendo como objetivo a liberação de áreas para novas edificações e indústrias.

O autor expõe que as justificativas apresentadas à época pela Prefeitura Municipal indicava que as vilas não poderiam ser reconhecidas e regularizadas devido a condições topográficas que exigiam serviços de terraplanagem para que as cotas ficassem dentro de parâmetros determinados. Contudo, após a remoção das vilas e a execução da terraplanagem, nenhuma vila foi reconhecida e a ocupação foi modificada pelo plano diretor. Esta modificação propiciou a construção de prédios residenciais e comerciais destinados a população da classe B e C, estabelecendo um número mínimo de salários-mínimos como pré-requisito para aquisição das moradias na área. Furtado (2011) ressalta que este foi o início dos processos de gentrificação e que teve como objetivo a implantação de um filtro social.

Este mesmo processo ocorreu em outros pontos da cidade ao longo da urbanização e até hoje afeta uma boa parte da população local.

8. O QUE O PASSADO NOS REVELA

Como visto anteriormente, desde a formação da cidade de Porto Alegre houve a intencional segregação da população através de uma classificação social que remete ao período colonial e as classificações eurocentristas. Tal fato não é exclusivo da capital e aconteceu desta forma na maioria das cidades do Brasil.

Antes do início republicano, os preceitos de utilização da mão de obra escrava foram adotados em todos os processos de atividades primárias, onde os negros trabalhavam nas lavouras e nas casas da burguesia.

Com o término do período monárquico e a revolução promovida pela independência, permanece transparente que o projeto de modernização que se executou não incluiu os recém libertos e as demais populações classificadas como “proletários”, destinando-o a execução de ofícios já determinados pela divisão do trabalho eurocêntrica.

Tal fato fica claro com a leitura de passagem da obra de Daniele Machado Vieira (2021), que remete a discussão dos processos de melhoramentos urbanos à época, o qual diz:

Apesar da falta de verbas terem sido um empecilho para a expansão dos melhoramentos para outras áreas, havia também a manifesta priorização do núcleo central como alvo do projeto de modernidade. A intenção de dotar e “isolar” o centro da cidade para desfrute da classe abastada era explícita. Um

trecho da edição de 3-3-1896 do jornal Gazetinha publiciza tal pensamento: "Os arrabaldes estão aí e devem ser habitados pelos proletários. Na cidade propriamente dita só devem residir os que podem se sujeitar às regras e preceitos da burguesia" (apud Monteiro, 1995, p. 34).

É fácil concluir a partir da experiência histórica de Porto Alegre que a urbanização e a organização social se deram à luz de uma fortíssima influência colonizadora que estratificou a sociedade em classes e raças, desenvolvendo mecanismos para manter o afastamento dos diferentes e o privilégio de minorias.

Fica evidente, então, a influência do período colonial na formação de aglomerados urbanos na cidade de Porto Alegre. À luz do que já afirmava Aníbal Quijano, é visível como na formação e urbanização da cidade utilizou-se dos mesmos preceitos utilizados durante o processo de colonização e dominação dos países da América Latina para realizar a estratificação da sociedade, acumulação de riquezas e benefícios reservados a apenas uma pequena parcela da população.

Atualmente, Porto Alegre possui uma população de 1.332.845, segundo dados do IBGE do ano de 2022. Em 2003, o índice de GINI que indica a diferença de concentração de renda, era de 0,47 e a incidência da pobreza de 23,74% (IBGE, 2003).

Tais dados, ainda que representativos de um cenário de vinte anos atrás, reforçam a percepção de que ainda se vive, mesmo que em menor medida, a influência colonialista na cultura de desenvolvimento urbano, social e econômico do município. Estes números, dizem muito sobre o intenso processo de transformação ainda necessário para a mudança de realidades onde a participação popular e a força de atores sociais impõem mudanças emergentes.

Hoje, os atores sociais participam dos fóruns de discussão e do orçamento participativo para investimentos na cidade. Contudo, os desafios ainda são muitos e as estruturas ainda demandarão esforços conjuntos para a mudança de cenários que repercutem à nível nacional

Concluiu-se, portanto, que a teoria de Aníbal Quijano sobre o Colonialismo do Poder, enormemente se aplica a forma como se deu a conformação das estruturas de organização urbana e social do município de Porto Alegre, denotando ainda, um longo caminho, em direção as necessárias mudanças em direção a um mundo e uma cidade menos desigual.

REFERÊNCIAS

BATISDE, Roger. **Brasil, Terra de Contrastes**. DIFEL. São Paulo, 1978.

BLOMSTRON, M; HETTNE, B. *La Teoría Del Desarrollo en Transición*, F.C.E. México, 1990.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **As três interpretações da Dependência**. Perspectivas, São Paulo 38, p. 17-48, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 4 (120), p. 663-686, outubro-dezembro/2010.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FREITAS, Eduardo P.; BAUER, Caroline S.; MAGALHÃES, Cristiane M. *et al.* **História da América: origem e colonização**. Grupo A, 2020. *E-book*. ISBN 9786556900582. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556900582/>. Acesso em: 17 mar. 2024.

FURTADO, C. **O modelo Brasileiro de Subdesenvolvimento**. In: FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, 3 ed. Editora Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Carlos Ribeiro. **Gentrificação e (re)organização urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FURTADO, Celso. **Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento**. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2000.

GOULART, N.R.F. **Evolução Urbana do Brasil**. Pioneira. São Paulo, 1968.

GUNDER FRANK, André. **Acumulação mundial: 1492-1789**. São Paulo, Zahar, 1980.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/pesquisa/36/30246>. Acesso em: 31 mar. 2024.

MONTEIRO, Charles. **Breve história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Cidade; Letras & Vida, 2012.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e modernidade. A construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

PINTO, Aníbal. Natureza e implicações da "Heterogeneidade estrutural" da América Latina. In: **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2000.

PREBISCH, Raul. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 1949.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. e 6 reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**. 3. ed. e reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SANTOS, Theotonio dos. **Teoria da Dependência**: balanços e perspectivas. Niterói, 1998.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Curitiba: Hemus, 2001. Livro I: (Capítulos 1, 2, 3, 5 e 6).

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800-1970)**. São Paulo: Hucitec, 2021.

Recebido em: 18/11/2024

Aceito em: 04/08/2025